
A LOUCURA DO LOUCO DO CATI

The Madness of Cati's Madman

Marcelo Lachat¹

RESUMO: Este artigo discute *O louco do Cati*, de Dyonelio Machado, a partir de uma perspectiva que busca articular as relações entre literatura e loucura. Assim, este trabalho propõe que a loucura do personagem-título dessa obra dyoneliana é mítica, histórica e política, ficcionalizada em meio ao trauma de infância e à perseguição policiaesca. O que se revela ironicamente na narrativa, enfim, é que o louco e a loucura – fictícios ou reais – são um amálgama insondável de mito e mistério.

PALAVRAS-CHAVE: Dyonelio Machado; *O louco do Cati*; Loucura.

ABSTRACT: This paper discusses *O louco do Cati* [*The madman of Cati*] by Dyonelio Machado, from a perspective that seeks to articulate the relationships between literature and madness. Thus, we propose that the madness of the title character of this Dyonian novel is mythical, historical and political, fictionalized in the midst of childhood trauma and police persecution. What ironically reveals itself in the narrative, finally, is that the madman and the madness – fictional or real – are an unfathomable amalgam of myth and mystery.

KEYWORDS: Dyonelio Machado; *The madman of Cati*; Madness.

O Inferno, assim criado, entronizava o Insano.
Dyonelio Machado

A loucura não existe²; por isso, podemos fazer dela o que quisermos; e o que dela faz *O louco do Cati*, de Dyonelio Machado (1895-1985), é velar o mistério. Esse romance-aventura³, publicado em 1942, joga

¹ Professor adjunto de estudos literários no Departamento de Letras da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). É também professor credenciado no Programa de Pós-Graduação em Letras da Unifesp e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP).

² Paul Veyne afirma que, na perspectiva foucaultiana, “a loucura não existe como objeto a não ser dentro de e mediante uma prática, mas essa prática não é, ela própria, a loucura” (VEYNE, 1998, p. 264).

³ “O título *O louco do Cati* é acrescido do subtítulo ‘aventura’ na 1ª edição, o que se mantém na

com a desrazão no seu enredo, narrando viagens sem sentido aparente. Logo de início, deparamo-nos com o personagem-título num bonde em Porto Alegre: trajando um curioso chapéu de copa alta, fendida no meio, ele tenta pagar a passagem com um “centenário”, uma moeda antiga então em desuso. Não sabemos de onde vem esse estranho homem sem nome, nem qual é seu destino, mas apenas que ele desce no fim da linha e se encontra, por acaso, com um grupo de rapazes que organiza uma viagem de caminhão (um pequeno e velho Ford apelidado de “Borboleta”) até o mar. Nesse momento é que, pela primeira vez, a loucura é atribuída ao protagonista:

– Este sujeito é meio louco.

E se não o era, possuía todo o jeito. Mas isso não tinha importância. Era tocar para frente. – E Norberto (o rapaz ruivo) apressou os companheiros, de maneira a que pudessem largar o quanto antes.

O indivíduo havia-se incorporado ao grupo (MACHADO, 2003, p. 17).

O “louco” é assim integrado e partem todos – ou seja, o “maluco” (como é também frequentemente chamado o personagem-título), Norberto, Maneco Manivela, Léo e o “chofer” – em direção ao litoral gaúcho. No caminho, eles param na hospedaria do seu Ricardo, em Capela-RS, lá comem e depois passam a noite no Borboleta. Nessa madrugada ocorre a aparição inicial do Cati: “– Isto! Isto é o Cati!”, grita e esbraceja “a figura estranha [...] na esplanada da frente da hospedaria, no centro da enorme esfera de luz da alvorada” (MACHADO, 2003, p. 28). A “figura estranha” é, evidentemente, o maluco, que foge em pânico para o mato. Dá-se, então, a primeira revivescência traumática do quartel do Cati na narrativa:

...Era pequeno. Uma tarde. Caía o sol. Gente, muita gente. Quase toda a população da cidadezinha. A cadeia (a “Cadeia Velha”) era um edifício raro. Velho, tinha uma espécie de sótão, que o distinguia das casinhas baixas da cidade e era como um remanescente duma edificação anterior, suntuosa que *devia* ter existido, num passado misterioso e irreal.

Ele estava com a mão fria e tremendo presa à mão da mãe. Todos, ali defronte da Cadeia, comentavam e esperavam. E quando o homem esquálido surgiu no terreno da frente (ela era metida para dentro), reatado em cima do cavalo, as mãos

2ª e na 5ª edições. Já na 3ª e na 4ª edições, o subtítulo é substituído por ‘romance’” (LISBOA, 2017, p. 106).

amarradas às costas, guascas maneando as pernas por baixo da barriga do animal, e vociferando numa revolta ao mesmo tempo enfática e triste, ele quis saber, saber! Já um pelotão de soldados o rodeava. Era a escolta.

– O que é que eles vão fazer com o homem, mãe?

– Psiu! Vão matar ele lá no Cati... (MACHADO, 2003, p. 29).

Seu Ricardo parece saber, mesmo que superficialmente, o que é o Cati: “– Sim... – Seu Ricardo meio que encabulou. – Conheço, lógico, o Cati. O João Francisco [...] ‘Hiena do Cati’” (MACHADO, 2003, p. 29-30). No entanto, é Norberto quem demonstra conhecer, de fato, a história, contando-a para todos:

Havia terminado a revolução com a vitória do governo. Era fim de século – século dezenove. Fim de mundo... A campanha, principalmente a fronteira – ninho de revolucionários – não estava ainda “pacificada”. Fazia-se necessário isso que depois as guerras iriam chamar “operações de limpeza”. [...] Mas, é claro, uma tarefa de tal ordem (“Ordem pública! Ordem pública!”) punha nas mãos dos homens do Cati uma enorme soma de poder: poder pessoal, poder político, poder!... Já nada mais se fazia então naquela vasta zona sem consultar o Cati. O Cati era o Subestado. Era o Estado para aquela região. Não raro entrava em conflito com o verdadeiro Estado, e o vencia. [...] Não respeitavam nem as mulheres. E os pais e os irmãos é que pagavam, atirados nos poços medievais. Daí, quando saíam, eram quase sempre degolados. Todos os que caíam eram degolados: por motivos pessoais, por motivos políticos, comerciais, por qualquer motivo... Altivo e frio o Cati apertava, arrastava, triturava. E durante anos, anos. Fez-se uma lenda, real, verdadeira, de sangue, de morte, de terror feudal (MACHADO, 2003, p. 30-31).

Como é possível observar nos trechos citados, a linguagem dessa obra de Dyonelio Machado, de caráter predominantemente coloquial, mais sugere do que explica, mais vela do que revela, constituindo-se de períodos curtos, fragmentados, que acentuam o tom mítico e místico da história/estória narrada num ritmo oral⁴. Desse modo, não há no romance detalhamentos

⁴ Nesse sentido, é importante recordar que, de acordo com uma matéria de Justino Martins (publicada na *Revista do Globo*, n. 305, de 11 de outubro de 1941), *O louco do Cati* foi composto, em 1941, quando Dyonelio estava doente e acamado, tendo o autor ditado o texto à esposa e à filha; depois, os escritores Cyro Martins e Lila Ripoll auxiliaram na datilografia e na

historiográficos sobre o quartel do Cati, não se explicitando que ele funcionou de 1896 a 1909 – localizado entre os municípios de Santana do Livramento e Quaraí e próximo à fronteira do Brasil com o Uruguai – como sede do 2º Regimento Provisório da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, sob o comando do coronel João Francisco Pereira de Souza, alcunhado de “Hiena do Cati”, devido à sua lendária crueldade (AXT, 2021, p. 58-59). Sendo resquício militar, nessa região gaúcha, da sangrenta Revolução Federalista (1893-1895) e atuando, de forma violenta, na repressão da população local, “o Cati entrou para o imaginário como uma espécie de encarnação do terror limite, de entronização do macabro ‘feudal’ numa fronteira sem lei, nas fímbrias ditatoriais de um estado policialesco” (AXT, 2021, p. 78). É esse Cati histórico-mítico que assombra o personagem-título da obra de Dyonelio⁵.

Tendo sido, afinal, o louco do Cati resgatado do mato, ele segue com os quatro rapazes para a praia. Depois de lá chegarem e tomarem banho de mar, Norberto informa aos companheiros que ele e o maluco não voltariam a Porto Alegre: ficariam por ali mais alguns dias, como veranistas. Separados do grupo, os dois dão início a uma nova viagem (ou seria a continuação da outra?) sem destino ou objetivo definido. Eles vão a Cidreira-RS, Tramandaí-RS, Capão da Canoa-RS e Torres-SC; em Araranguá-SC, são presos pela polícia e levados para o presídio em Florianópolis, onde participam de uma greve de fome, sendo, por esse motivo, transferidos para o Rio de Janeiro. Na capital federal (lembrando que a ação da obra se situa, temporalmente, na segunda metade da década de 1930⁶), eles são postos em liberdade e Norberto resolve lá ficar e mandar seu parceiro de peripécias de volta ao Rio Grande do Sul. No retorno, o louco do Cati, acompanhado de “tutores”, viaja de trem, navio, caminhão, carro, avião e a pé, passando por diversas cidades, entre as quais, Santos-SP, São Paulo, Florianópolis, Lages-

revisão do relato inicial, para que a narrativa fosse publicada em livro, pela editora Globo de Porto Alegre, em 1942 (GRAWUNDER in MACHADO, 2003, p. 266).

⁵ Segundo Maria Zenilda Grawunder, “o histórico e lendário Cati dá ao escritor o fundo para a analogia entre dois períodos de violência contra o indivíduo e opositores do poder ditatorial no Brasil: da época da Revolução Federalista [...] e a da ditadura do Estado Novo. Ele traz ao texto a voz da violência na História, da grande crueldade da *guerra suja* entre facções oligárquicas, com degolas a fio de facão, conforme a voz popular. A singular prisão do Cati, cavada na coxilha, dividiu-se entre pesadelo e lenda, na figura mítica, mas real, do general João Francisco Pereira de Souza, a *Hiena do Cati*” (GRAWUNDER, 1995, p. 38-39).

⁶ Sabemos disso em virtude da seguinte referência temporal no texto, a qual evidencia que a aventura narrada transcorre no mesmo momento em que a Guerra Civil Espanhola alcança seu ponto crítico:

“Leu-se depois o jornal de Porto Alegre. A guerra na Espanha chegava ao seu ponto crítico. Havia muita admiração pela resistência da cidade de Madri.

– O Franco não toma ela porque não quer – não ocultava um, comentando o ‘telegrama’.

– Não vê mesmo: não tem para ele...” (MACHADO, 2003, p. 231).

SC, Caxias-RS, Santa Maria-RS, Santana do Livramento-RS e Quaraí-RS. O destino final desse “homem-cachorro” – que quase não fala no romance, mas é constantemente falado pelos outros personagens – são as ruínas do Cati.

Essa grande aventura – cujo itinerário se inicia em Porto Alegre e termina nas ruínas do quartel do Cati, com uma profusão de personagens que cruzam, fortuitamente, os caminhos do maluco (que somente no fim do texto parece assumir seu papel de protagonista) – é narrada em cinco partes: “A excursão”, “No escuro”, “Gente vivendo”, “De volta” e “Tudo é novo”, tendo cada uma delas entre 12 e 16 capítulos curtos. Assim estruturado, *O louco do Cati* – que é o segundo romance publicado por Dyonelio Machado, sendo o primeiro e mais conhecido *Os ratos* (1935) –, embora tenha sido elogiado por Mário de Andrade e Guimarães Rosa, não foi bem recebido pela crítica contemporânea à sua publicação⁷. Apenas nos anos 1970 e 1980, “observa-se a mudança de tom, o reconhecimento da ligação com outros autores e obras tanto da literatura nacional quanto da internacional, bem como a descrição mais objetiva dos elementos da obra” (LISBOA, 2017, p. 58). E no que concerne aos estudos acadêmicos acerca do conjunto da produção literária dyoneliana, há uma escassez bibliográfica até fins da década de 1980, quando Maria Zenilda Grawunder defende, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), a dissertação *Curso e discurso da obra de Dyonelio Machado: uma análise da legitimação* (1989), posteriormente atualizada e publicada em livro, sob o título *Instituição literária: análise da legitimação da obra de Dyonelio Machado* (1997). Em particular, *O louco do Cati* só é estudado mais minuciosamente a partir da década de 1990, destacando-se, entre esses trabalhos pioneiros, a dissertação *O herói romanesco em Dyonelio Machado: Os ratos e O louco do Cati*, de Almir Mentz, defendida na PUC-RS em 1993; o livro *A paródia em O louco do Cati* (1994), de Márcia Helena Saldanha Barbosa; e a tese *Arte alegórica na literatura brasileira: a tetralogia “opressão e liberdade” de Dyonelio Machado*, de Maria Zenilda Grawunder, defendida em 1994, também na PUC-RS. Esse último trabalho propõe que:

Apesar de se manterem como textos independentes, a temática da obsessão persecutória, no trânsito de prisões à libertação, e a

⁷ O próprio Dyonelio confirma esse insucesso crítico da obra: “A crítica literária foi impiedosa com a nova fase que *O Louco do Cati* abria. E com razão: o obscuro romancista que *Os Ratos* havia divulgado já não era o mesmo. Seu gosto mudara, acompanhando uma tremenda mudança na sua vida: à sombra do cárcere. Não é metáfora não: na linguagem desbragada da cadeia, estar à sombra é estar preso. Aí, onde tudo é sombrio, passei dois anos. E não por crime, como tenho provas autênticas, mas por *délit d’opinion*. Também não trocara de gênero: n’*O Louco do Cati*, ‘atual e fantástico’, a ‘verdade crua’ existia, apenas habitava uma outra região, que eu, sem modelo, me pus a explorar” (MACHADO, 1995, p. 30-31).

presença reiterada de personagens como Manivela, cuja odisseia tem desdobramento ordenado, através dos quatro livros, [permitem] ver *O Louco do Cati*, *Desolação* [1944], *Passos Perdidos* [1946] e *Nuanças* [1981], como tetralogia da Perseguição e Opressão, um dos marcadores semânticos da obra dyoneliana, que alegoriza, na sombra do Cati, os procedimentos da ditadura do Estado Novo, da opressão do pensamento e manifestação divergentes (GRAWUNDER, 1994, p. 24).

Os romances que compõem essa tetralogia preconizada por Grawunder apresentam relações significativas com acontecimentos da vida de Dyonelio. Contudo, não se trata aqui de um biografismo ingênuo, como se a vida fosse a verdade por trás de toda ficção. O que sugerimos é que alguns elementos biográficos contribuem para interpretações mais bem fundamentadas de certas obras, sendo esse o caso d'*O louco do Cati*, como indica o próprio autor:

O Louco do Cati foi um desafio com a morte, ou eu escrevia o livro ou morria. Está meio dramático, mas é certo. Eu já tinha tido um colapso periférico e ouvido o grito da minha mulher, que era igual ao grito das mulheres cujos maridos estavam morrendo, e eu como médico sabia disso. Eu reagi contra a morte. *O Louco do Cati* tem muito da experiência da prisão... Se tem, se tem... Utilizei minhas vivências neste período (preso político de 1935 a 1937, abalado da prisão e escrevi o romance em 1941) não com um caráter memorialista, mas como elemento para a ficção. Não achei que fosse mais duradouro, não, porque não tinha nenhuma esperança, mas que seria melhor. Para mim, pelo menos. Quem eu sou para ter memórias? (MACHADO, 1995, p. 28).

Posto isso, é pertinente ressaltar que Dyonelio Machado⁸ nasceu em 1895, em Quaraí-RS, lá permanecendo até 1912, ano em que se mudou, pela primeira vez, para a capital gaúcha; ou seja, ele viveu a infância e quase toda a adolescência justamente na região em que se localizava o quartel do Cati e que, como vimos, é o destino final do personagem-louco do romance. Devemos lembrar também que Dyonelio era médico⁹, tendo cursado a

⁸ No que diz respeito à biografia do autor, consultamos, sobretudo, o livro de Eneidy Rodrigues Till: *Dyonelio Machado: O homem – A obra* (1995).

⁹ “Não há como negar que a experiência de médico se refletiu muito na literatura. Parece que se sente o médico na minha literatura. Mas creio que não numa forma abusiva, que eu não me

Faculdade de Medicina de Porto Alegre de 1924 a 1929; mais relevante ainda: de 1930 a 1932, ele se especializou em psiquiatria no Rio de Janeiro e, retornando ao Rio Grande do Sul, apresentou e defendeu, em 1932, sua “tese inaugural”, relativa à cadeira de psiquiatria, na Faculdade de Medicina de Porto Alegre; o trabalho intitulou-se *Uma definição biológica do crime*¹⁰. Sobre essa formação de Dyonelio, vale salientar que, no Brasil dos anos 1930, o sujeito da psiquiatria – isto é, o chamado “doente mental” – era estudado e tratado consoante ideologias biologizantes e racistas: “Os psiquiatras acreditavam que existia uma *natureza humana*, uma *essência do sujeito*, que podia ser entendida pela decifração das *leis de hereditariedade*, da noção de *degeneração* ou de quaisquer outros termos inventados e manipulados pelo vocabulário racista” (COSTA, 2006, p. 12, grifos do autor). Nesse sentido, Dyonelio, em 1979, rememora criticamente o começo de sua carreira na psiquiatria: “Tomamos certas coisas como loucura quando não são. Na época em que comecei, os tratamentos eram violentíssimos” (MACHADO, 1995, p. 11). Ele também afirma que, quando se formou, havia pouquíssimos psiquiatras no Rio Grande do Sul: “éramos apenas dois ou três”; ademais, teria sido ele “um dos pioneiros da psicanálise no Brasil” (MACHADO, 1995, p. 10).

Além de psiquiatra e um dos introdutores da psicanálise no Brasil, Dyonelio foi político militante: em 5 de julho de 1935, como presidente do diretório estadual da Aliança Nacional Libertadora (ANL), foi o responsável pela instalação dessa organização política no Rio Grande do Sul, cuja cerimônia ocorreu no Teatro São Pedro, em Porto Alegre. Porém, poucos dias depois, o governo Vargas, com base na Lei de Segurança Nacional (promulgada em abril de 1935), decretou o fechamento e a ilegalidade da ANL. Em 18 de julho de 1935, Dyonelio acabou sendo preso, enquadrado no artigo 19 da referida lei, por cometer supostamente “crime contra a ordem política e social”. Como o autor mesmo declara em trecho já citado, a experiência na prisão (na condição de preso político), de 1935 a 1937, foi fundamental para a escrita d’*O louco do Cati*. Posteriormente, Dyonelio foi eleito, pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), deputado estadual da

permitiria. Utilizei mais minhas vivências como simples leigo” (MACHADO, 1995, p. 11).

¹⁰ Essa tese foi publicada, em 1933, pela editora Globo de Porto Alegre e, em 2009, reimpressa em fac-símile pela EdIPUCRS. Em 1975, o autor fez esta avaliação a respeito de tal estudo: “Em 1932, escrevi uma tese sobre o crime. Livro hoje reeditado, *Uma Definição Biológica do Crime*. Por que definição biológica, quando bem poderia ter escrito uma definição sociológica do crime? Antes de mais nada, vou dizer que o livro é atual. Atualíssimo. É uma definição biológica porque não é uma definição jurídica. Eu estudei o crime como um fenômeno da natureza. Nada de teorias jurídicas. Apenas o que a biologia pode informar do crime, como elemento pertencente ao domínio da fatalidade. O que melhor pode exemplificar isto é a passagem seguinte: o delito, em particular o assassinio, nada mais é do que a resultante, contra o semelhante, do excesso que o homem põe na realização da luta pela vida” (MACHADO, 1995, p. 12).

Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Todavia, seu mandato não durou muito: ele tomou posse em março de 1947; em maio do mesmo ano o Tribunal Superior Eleitoral cassou o registro do PCB e, em janeiro de 1948, todos os parlamentares comunistas tiveram seus mandatos igualmente cassados.

No romance, como mencionamos, Norberto e o louco do Cati são presos em Araranguá-SC. Esse episódio é narrado de modo irônico¹¹: a polícia, conquanto considere os dois rapazes “presos de importância”, não parece saber direito o que motivou tal prisão.

– Não sei por que – resmungava um dos subalternos, de parte, comentando o caso com um colega – não atino por que hão de ser presos de importância. – Suspendeu-se um pouco, como para reunir argumentos para sua tese, para o seu “ponto”: – Um deles não pode nem caminhar!... Anda num pé só!...
– Psiu! – fez-lhe o companheiro. – Não convém espalhar isso.

[...]

Outra dúvida que a própria polícia, no seu zelo, levantou, porém destruiu, foi quanto à detenção do companheiro de Norberto. Mas o seu grito, na chegada, foi considerado sedicioso, e o homem como agitador (MACHADO, 2003, p. 67).

Nesse excerto, a autoridade ironizada mostra-se como o absurdo do autoritarismo. A prisão de Norberto talvez se relacione com o segredo que é insinuado na narrativa, mas nunca revelado: “Vai rebentar, sim. Terá a forma duma invasão, pela fronteira” (MACHADO, 2003, p. 77). Entretanto, nada justifica a detenção do maluco, a menos que seu crime seja sua loucura, desrazão (suposta) que desestrutura o discurso de opressão. Quando os dois chegam à “casa de correção” no Rio de Janeiro, a dramaticidade da experiência prisional vem à tona: “Entrava-se no edifício pelos fundos, por uma galeria sempre cheia. E com tumulto. Obscenidades. Caras profundamente degradadas e trágicas enchendo os vários portões gradeados. Esse corredor só poderia conduzir ao inferno, se não levasse passos humanos, passos vivos, passos perdidos de gente viva – à Carceragem...” (MACHADO, 2003, p. 91). A prisão regurgita as memórias traumáticas do louco que, ao ser conduzido ao terrível “cubículo catorze”, tem mais uma de suas raríssimas falas (todas monotemáticas) na obra: “– É o Cati! Não me digam que não! – E depois de uma respiração, ruidosa e difícil, numa voz berrada e

¹¹ Jonas Kunzler Moreira Dornelles sustenta que a obra como um todo deve ser lida ironicamente, apresentando Dyonelio como um “ironista” (DORNELLES, 2019).

choringada a um tempo: – Não me levem para o Cati!” (MACHADO, 2003, p. 95). Como sugere o poema composto por Leandro¹², companheiro de cela de Norberto e do maluco, a prisão é o inferno que entroniza o insano.

Após sua soltura (também sem explicação) no Rio de Janeiro, o louco do Cati, na sua viagem de volta, vai de navio para Santos e, em seguida, de carro para São Paulo, onde permanece por um tempo antes de retornar àquela cidade do litoral paulista e embarcar rumo a Florianópolis. No navio que o leva à capital catarinense, há um médico, o doutor Valério, que é questionado a respeito da sanidade do “homem do Cati”:

- Mas o senhor acha que ele é louco, doutor? – perguntou a asiática, com uma certa preocupação.
- Só examinando.
- Como, doutor? Então um médico não pode dizer assim se um homem é louco ou não?
- É o único que não pode, minha senhora (MACHADO, 2003, p. 186).

Esse diálogo é determinante para a discussão da pretensa loucura do louco do Cati. Como vimos, o psiquiatra Dyonelio Machado, refletindo sobre sua especialidade médica, considera que “tomamos certas coisas como loucura quando não são”. Além disso, em outra entrevista, ele se interroga: “O que é a loucura? Não sei, mas sei o que é saúde mental, que é seu oposto” (MACHADO, 1995, p. 11). Dessa forma, indica-se que a loucura e, conseqüentemente, os loucos, apesar de toda sua história, não se definem facilmente – ou talvez sejam indefiníveis.

De acordo com Isaias Pessotti, distinguem-se, na chamada Antigüidade, três perspectivas acerca da loucura: na primeira, predominante de Homero até a tragédia grega, ela é concebida como obra da intervenção dos deuses, consistindo num enfoque mitológico-religioso; na segunda, preponderante entre os trágicos, ela se afigura como “produto dos conflitos passionais humanos, mesmo que permitidos ou impostos pelos deuses”; na terceira, enfim, prevalente de Hipócrates a Galeno, ela é tomada como efeito de disfunções somáticas, consolidando-se “uma doutrina rigidamente

¹² Trata-se do seguinte soneto, intitulado “Almas Penadas (Sugestões do Cárcere)”: “Não se sabe quem foi. Nem sequer se foi Deus. / Ou se foi o Demônio Engenhoso e Magano. / Ou mesmo um Poeta triste e por isso com seus / Sorrisos de Comédia, entre divino e humano. // Não se sabe quem foi. Só se sabe que os Céus / Um dia se fecharam; que um profundo oceano / De fogo e de sofrer se abriu para esses réus. / – O Inferno, assim criado, entronizava o Insano. // Uma a uma, depois, vieram todas as almas. / – Almas sem esperança, ímpias almas penadas: / É do Fado amargar dores mudas e calmas. // Todas têm um sinal: são possessas, danadas. / Mas passam, sem ouvir o apuro ou as palmas... / – A tristeza que há nessas faces geladas!” (MACHADO, 2003, p. 108-109).

organicista da insensatez ou da des-razão”. Nessas três concepções antigas, a loucura apresenta duas espécies ou formas: a agitada ou furiosa (e, muitas vezes, homicida), denominada “mania”; e a triste e medrosa, designada “melancolia” (PESSOTTI, 2001, p. 78). Já na perspectiva dita medieval, e particularmente cristã, a loucura é comumente associada à possessão demoníaca (PESSOTTI, 2001, p. 83), estando os loucos, nessa época, ainda integrados ao convívio social. Porém, conforme Michel Foucault, com o desaparecimento da lepra no fim da “Idade Média”,

às margens da comunidade, às portas da cidade, abrem-se como que grandes praias que esse mal [a lepra] deixou de assombrar, mas que também deixou estéreis e inabitáveis durante longo tempo. Durante séculos, essas extensões pertencerão ao desumano. Do século XIV ao XVII, vão esperar e solicitar, por meio de estranhas encantações, uma nova encarnação do mal, um outro esgar de medo, mágicas renovadas de purificação e exclusão (FOUCAULT, 2019, p. 3).

Destarte, a loucura, a partir de meados do século XVII, torna-se essa nova encarnação do mal e, com “a grande internação” (FOUCAULT, 2019, p. 45 e ss.), ocupa os espaços de exclusão deixados pela lepra, sendo os loucos reduzidos ao silêncio.

Ainda segundo Foucault, há quatro formas de consciência da loucura: uma consciência crítica, na qual a loucura é sentida como oposição, imediatamente experimentada, à razão; uma consciência prática, pela qual se estabelece a loucura em consonância com normas e valores de um grupo social; uma consciência enunciativa, “que possibilita dizer de pronto, sem nenhuma recorrência ao saber: ‘Esse aí é um louco’”; e uma consciência analítica, que, estando na base de um saber objetivo, se volta para as formas, os fenômenos e os modos de aparecimento da loucura (FOUCAULT, 2019, p. 172-174). N’*O louco do Cati*, o protagonista é quase que totalmente reduzido ao silêncio e sempre classificado como “louco” ou “maluco” por personagens que não têm nenhum conhecimento objetivo sobre o assunto. Aqueles que poderiam fazer, tecnicamente, tal diagnóstico – ou seja, os dois médicos que surgem no romance, o professor Castel e o doutor Valério – não o fazem. Em termos foucaultianos, isso aponta para o predomínio, na narrativa de Dyonelio, daquela consciência enunciativa da loucura¹³: “sob o olhar está alguém que é irrecusavelmente um louco, alguém que é evidentemente um louco, existência simples, imóvel, obstinada, que é a loucura antes de toda qualidade e de todo julgamento” (FOUCAULT, 2019, p. 172).

¹³ Essa preponderância é igualmente constatada por Débora Oliveira Lisboa (2017, p. 115).

Em relação ao saber objetivo, científico, acerca da loucura, que não aparece explicitamente nessa produção ficcional dyoneliana, costuma-se propor o *Tratado médico-filosófico sobre a alienação mental ou a mania* (1801), de Philippe Pinel, como marco inicial da psiquiatria enquanto especialidade médica, sendo a “alienação” compreendida pelo médico francês “como comprometimento ou lesão fundamental do intelecto e da vontade, e [que] se manifesta no comportamento do paciente, nos sintomas, sob as mais variadas formas” (PESSOTTI, 2001, p. 145-146). A ciência psiquiátrica institui-se, portanto, apenas a partir do século XIX, podendo-se “dizer que, tradicionalmente concebida por analogia com as demais doenças orgânicas, a doença mental assume a feição de uma entidade natural manifestada por sintomas” (FRAYZE-PEREIRA, 1984, p. 15-16). Consoante João Augusto Frayze-Pereira, há duas correntes teóricas prevalentes na psiquiatria moderna: a organicista, em que a doença mental é entendida como uma doença estritamente orgânica (daí ser “no interior do organismo individual que se encontrará a causa de seu estado mórbido, isto é, uma lesão de natureza anatômica ou algum distúrbio fisiológico”); e a psicofuncional, em que a doença mental designa uma desorganização da personalidade individual (“nesse sentido, as doenças mentais se definem conforme o grau das perturbações do funcionamento da personalidade”). Ambas as perspectivas pressupõem um “normal”, uma norma objetiva de saúde, para que se possa determinar o “patológico”, incorrendo, dessa maneira, no mesmo equívoco: “procuram tratar como um fato *em si* aquilo que é essencialmente relacional” (FRAYZE-PEREIRA, 1984, p. 16-19, grifo do autor). Como sintetiza Frayze-Pereira, embasando-se na obra *O normal e o patológico* de Georges Canguilhem:

se o normal se define mediante a execução de um projeto normativo, este, ao mesmo tempo que engendra o anormal (o anormal é condicionado pelo normal), é acionado por ele (o anormal é condição do normal). Em outras palavras, o anormal é uma virtualidade inscrita no próprio processo de constituição do normal e não um fato ou uma entidade autônoma que definiríamos pela identificação de um conjunto de propriedades delimitadas e imutáveis. O anormal é uma relação: ele só existe na e pela relação com o normal. Normal e anormal são, portanto, termos inseparáveis. E é por isso que é tão difícil *definir a loucura em si mesma*. (FRAYZE-PEREIRA, 1984, p. 22, grifo do autor).

Já para Thomas Szasz, a doença mental é um mito. Na visão desse psiquiatra húngaro, “até a metade do século XIX, e mais além, doença

significava uma desordem corporal cuja manifestação era a alteração da estrutura física”. Desse modo, a psiquiatria moderna e, por conseguinte, a identificação das doenças psiquiátricas não empregaram os métodos estipulados pela patologia, mas criaram um novo método: “ao critério estabelecido de alteração detectável da *estrutura corpórea* foi agora acrescentado o recente critério de alteração da *função corpórea*; e, da mesma forma que a primeira era detectada através da observação do corpo do paciente, a última era detectada pela observação de seu comportamento”. Isso fez com que doenças mentais fossem inventadas, “sem a restrição de critérios fixos ou a exigência de evidência empírica”, de maneira que “qualquer fenômeno estudado pelo observador possa ser definido como uma doença” (SZASZ, 1979, p. 24-26, grifos do autor). Além disso, “a fabricação da loucura” (título de uma obra de Szasz) implica o movimento de saúde mental, que pode ser comparado – quanto a funções e efeitos sociais, morais e políticos – com a caça às bruxas na Inquisição:

O conceito de doença mental é análogo ao de feitiçaria. No século XV, os homens acreditavam que algumas pessoas eram feiticeiras, e que alguns atos eram devidos à feitiçaria. No século XX, os homens acreditam que algumas pessoas são insanas, e que alguns atos são devidos à doença mental. [...] o conceito de doença mental serve, no mundo contemporâneo, à mesma função social que tinha o conceito de feitiçaria no fim da Idade Média; em resumo, [...] a crença na doença mental e as ações sociais a que conduz têm as mesmas consequências morais e políticas que a crença na feitiçaria e as ações sociais a que conduzia (SZASZ, 1978, p. 19).

A loucura do louco do Cati é mítica e política, inventada entre o trauma de infância e a perseguição policialesca. O mito – que se soma àquele do histórico quartel do Cati – é o do “homem-cachorro” guiado pelo lobisomem. A metamorfose do maluco em cão é sugerida, constantemente, no texto: “O maluco engolira o seu bocado com a sofreguidão serena e irracional dum cachorro, sem mastigar, o focinho horizontal, olhando para diante” (MACHADO, 2003, p. 27); “E lá do fundo, atraído pelo ruído, surgiu o Louco do Cati, como um cachorro...” (MACHADO, 2003, p. 161); “O maluco farejou muito todo aquele centro da cidade: a praça, a igreja, a casa do governo, a rua principal e o seu movimento. Com o focinho no ar, a capa voando ao vento forte, às vezes se retardava” (MACHADO, 2003, p. 189-190). No entanto, essa transformação, ou melhor, essa hibridização¹⁴ é

¹⁴ Na própria constituição da obra, há outra espécie de hibridização: a paródica de gêneros.

consumada somente no final da narrativa.

Assim, quando o louco, acompanhado de um coronel e do comandante Amilvívio, viaja de avião com destino a Quaraí-RS e a aeronave tem de fazer uma aterrissagem forçada nas proximidades do Cati, os três se veem obrigados a procurar abrigo numa estância da região. Em frente a essa fazenda, chamada Santa Cecília, na qual eles se hospedariam até que o clima melhorasse e pudessem seguir viagem, o maluco apavora-se com a figura sombria do comandante: “[...] respondeu o comandante, repassando para a frente, com um gesto seguro de mão, um pano da capa preta que esvoaçava. Contra a tarde cinzenta, a sua figura alta e negra tinha um aspecto estranho, lendário...” (MACHADO, 2003, p. 249). Aterrorizado, o louco grita – “O Cati! O Cati!” – e foge em disparada para o mato; segue-o “o canzarrão, um cão de estância (um lobo...), de pelo curto e grosso”. Como anuncia o título do capítulo em que se dá essa perseguição, trata-se da “famosa aventura do homem que vai levado por um cachorro” (MACHADO, 2003, p. 251). Do canzarrão da estância, o maluco consegue escapar; todavia, surge repentinamente um cachorro fantástico: “Quando saía, à noite, de casa, sem ninguém ver, na figura dum cachorro, – não era mais homem: tinha virado lobisomem”. O maluco se confunde, então, com o ser lendário: “Sempre, em qualquer dos casos, só ele e o cachorro, naquele extenso canal... Ele e o cachorro fantástico... Ele, como dono daquele cão – do lobisomem – e tão fantástico como o próprio cão!...” (MACHADO, 2003, p. 254). Depois de o lobisomem desaparecer, “tão misteriosamente como viera”, o louco decide buscar o Cati, sendo essa “a obra, misteriosa, de quem o viera conduzindo, guiando toda a noite. [...] entregava-se ao demônio conhecidíssimo da sua infância” (MACHADO, 2003, p. 255). Em tal busca, ele se reconhece, finalmente, como “homem-cachorro”:

Mas que viagem – que volta – para o atingir! Tivera de chegar até – o Homem decaído e sobrenatural (lobisomem, semi-homem)... Agora compreendia tudo! Nem valia a pena lutar – ou fugir, como sempre vinha fazendo, como o fizera ainda ali no meio do campo, na véspera, diante do vulto negro que tinha uma capa negra, – e que lhe lembrara aqueles outros homens vestidos de preto, de dólmas pretos onde luziam reflexos metálicos de botões, ou de dólmas pretos ensopados de sangue... Na sua humilhação inferior, quando muito era um... Homem-cachorro! Bem que *sentira* sempre a sua sofreguidão

Embora se insira precipuamente no gênero romanesco, esse texto de Dyonelio apresenta elementos da epopeia e do relato de aventuras, como demonstra o estudo, já citado, de Márcia Helena Saldanha Barbosa: *A paródia em O Louco do Cati* (1994). Podemos acrescentar que ecoam também, nessa produção ficcional dyoneliana, os relatos de mitos e lendas.

canina, quando engolia o seu tassalho de carne... os seus silêncios invencíveis de cão... uma vez, que fora encerrado num quarto – como um cachorro!... o olhar triste de animal que erguera, certo dia, para o rosto moreno de Nanci (a mulher) e que tanto a perturbara... E um rabo que abanava, ingênuo, a cada “festa”... – Tudo, assim, havia sido uma “preparação”, para aquele momento, – o *seu* momento. Entrava, como um cão na crise da sua vida. – Tinha medo (e fuzilou o olhar para os lados, procurando um amparo humano na solidão), tinha medo de botar a mão no rosto enxovalhado, e dar com o focinho dum cachorro... (MACHADO, 2003, p. 256-257, grifos do autor).

No último capítulo do romance, o homem refeito reencontra o Cati desfeito em ruínas: “Querida, dali donde estava, defronte do sol, queria – era poder estender umas mãos vingativas de gigante, para sentir nos próprios dedos frisados de luz o esfrelar do pó do Cati, do Cati que se esboroava”. Esse reencontro faz com que o homem sorria e, ante tal sorriso, arremata o narrador: “Agora, é que se via o quanto ainda era moço...” (MACHADO, 2003, p. 259).

Segundo David Cooper, “a ‘linguagem da loucura’ significa o modo como [a] loucura universal é expressa não apenas em palavras pronunciadas, audíveis, mas em certo tipo de ação, que perpassa a experiência, que é o ‘dis-curso louco’” (COOPER, 1979, p. 18). E a loucura, conforme o mesmo autor, “é a desestruturação das estruturas alienadas de uma existência e a reestruturação de um modo de ser menos alienado” (COOPER, 1979, p. 39). A fase da desestruturação envolve a supressão de vestígios de alteridade, visando a um ponto de existência esvaziada, do qual parte a reestruturação. “No momento desestruturante da loucura dá-se uma união paradoxal de alegria extática e de desespero absoluto, e é nesta união experiencial que têm origem as palavras e os atos do discurso louco” (COOPER, 1979, p. 40).

Na narrativa dyoneliana, a linguagem do louco se compõe mais de suas ações do que de suas poucas palavras, e sua loucura atinge estruturas repressivas de três momentos histórico-políticos do Brasil: o do quartel do Cati que, como expusemos, foi resquício militar da Revolução Federalista e esteve ativo de 1896 a 1909, situado perto da fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai; o do governo constitucional de Getúlio Vargas, entre 1934 e 1937 (recordando que Dyonelio foi preso político de 1935 a 1937); e o do Estado Novo, que teve início em 1937 e perdurou até 1945 (como referimos, *O louco do Cati* foi composto em 1941 e publicado em 1942). A loucura do personagem-título dessa obra alcança o ápice da desestruturação entre o encontro com o lendário lobisomem e o reencontro com o mítico Cati,

observando-se a união paradoxal do desespero absoluto e da alegria extática naquele que se assume homem-cão. Contudo, diante das ruínas do Cati, esse híbrido se refaz humano: “O homem-cachorro de ainda um instante quase não acreditava!” (MACHADO, 2003, p. 259). Acaba o romance-aventura, portanto, no começo da reestruturação, quando se vê o rosto sorridente, ainda moço, do suposto louco que, enfim, se mostra humanizado.

Discutindo a célebre polêmica entre Michel Foucault e Jacques Derrida a respeito da *História da loucura* foucaultiana, Shoshana Felman conclui que:

[...] dans la langue, la *question* de la folie est celle qui manque ; cette question même qui ne peut jamais – comme telle – être *posée* ; une question dont le langage n’est pas capable ; qui, tout en étant inarticulable, est une question qui – dans tout texte – ne cesse pourtant d’écrire et de s’écrire : de s’écrire comme inter-dite. Et si nous ne savons la lire, la repérer, que là où elle n’est plus, là justement où elle nous a, par son pathos, émus (émus, ex-pulsés, mus hors d’elle-même), ce n’est pas que la question de la folie soit impuissante à questionner, mais c’est qu’elle questionne *ailleurs* : là où ce n’est plus *nous* qui parlons de la folie, mais où – par elle – nous sommes *parlés* ; là où ce n’est plus nous qui interrogeons, mais où – dans les silences de la question que nous avons écrite – nous sommes nous-mêmes interrogés (FELMAN, 1978, p. 54-55, grifos da autora).

Dessa maneira, a linguagem é incapaz de formular a questão da loucura; apesar disso, tal questão se escreve em todos os textos, incessantemente, como “inter-dito” (*inter-dite*). Ao ler *O louco do Cati*, não somos nós que falamos da loucura, mas somos por ela falados; não somos nós que a interrogamos, mas somos nós mesmos interrogados. E, tal como Felman, devemos nos perguntar: “Si la littérature, de son lieu spécifique, nous renseigne sur la folie, la folie peut-elle à son tour nous renseigner sur la chose littéraire?” (FELMAN, 1978, p. 349). Para a autora, se “a coisa literária” (*la chose littéraire*) de fato existe, ela não pode ser explicada senão pela loucura. Entretanto, se a loucura é a razão de ser da coisa literária, não o é por causa de uma “sublimação” ou de uma função propriamente terapêutica da escrita, e sim em virtude de uma irreduzível “resistência da coisa à interpretação” (*résistance de la chose à l’interprétation*). A loucura, em última instância, é uma “resistência em ato contra a interpretação” (*résistance en acte à l’interprétation*). Quanto mais um texto é “louco” – em outros termos, quanto mais ele resiste à interpretação –, mais são os modos

específicos de sua resistência à leitura que constituem seu “assunto” (*sujet*) e sua “literariedade” (*littérarité*). Em suma, “ce que la chose littéraire, dans chaque texte, raconte, c’est précisément la spécificité même de sa résistance à notre lecture” (FELMAN, 1978, p. 350, grifo da autora).

O louco do Cati resiste à interpretação, questionando nossa leitura com o mistério velado da sua loucura, tão lendária como o lobisomem. Nós, os homens-cachorros, farejamos o texto à procura de sentidos que nos faltam na vida, com a esperança de que a desrazão do nosso tempo se converta num novo Cati em ruínas. Nós, os insanos entronizados pela ficção dyoneliana, é que somos interrogados perante nosso inferno: por que não fazer do mito da loucura revolta?

REFERÊNCIAS

AXT, Gunter. Ordem e terror limite: a cidadela do Cati na fronteira do Brasil com o Uruguai, entre 1896 e 1909. *Cadernos do Lepaarq*, Pelotas (RS), v. 18, n. 35, p. 57-81, jan.-jun. 2021.

BARBOSA, Márcia Helena Saldanha. *A paródia em O louco do Cati*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

COOPER, David. *A linguagem da loucura*. Tradução de Wanda Ramos. Lisboa; São Paulo: Editorial Presença; Martins Fontes, 1979.

COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil*. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

DORNELLES, Jonas Kunzler Moreira. *As ironias de Dyonélio em O Louco do Cati*. 2019. 195 f. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

FELMAN, Shoshana. *La folie et la chose littéraire*. Paris: Éditions du Seuil, 1978.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura na idade clássica*. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

FRAYZE-PEREIRA, João Augusto. *O que é loucura*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GRAWUNDER, Maria Zenilda. *Arte alegórica na literatura brasileira: a tetralogia “opressão e liberdade” de Dyonelio Machado*. 1994. 798 f. Tese (Doutorado em Letras) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

GRAWUNDER, Maria Zenilda. *Instituição literária: análise da legitimação da obra de Dyonelio Machado*. Porto Alegre: IEL; EDIPUCRS, 1997.

GRAWUNDER, Maria Zenilda. Nas asas do Borboleta: alegoria dyoneliana. In: BARBOSA, Márcia Helena Saldanha; GRAWUNDER, Maria Zenilda (org.). *Dyonelio Machado. Cadernos Ponto & Vírgula 10*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1995. p. 30-42.

LISBOA, Débora Oliveira. *Ponto de fuga convergente: o ponto de vista em O louco do Cati*, de Dyonélio Machado. 2017. 137 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MACHADO, Dyonelio. *O cheiro de coisa viva*. Organização, introdução e notas de Maria Zenilda Grawunder. Rio de Janeiro: Graphia, 1995.

MACHADO, Dyonelio. *O louco do Cati (aventura)*. 5. ed. São Paulo: Planeta, 2003.

MACHADO, Dyonelio. *Uma definição biológica do crime*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

PESSOTTI, Isaias. *A loucura e as épocas*. 2. ed.; 1. reimpr. São Paulo: Editora 34, 2001.

SZASZ, Thomas. *A fabricação da loucura: um estudo comparativo entre a Inquisição e o movimento de saúde mental*. Trad. de Dante Moreira Leite. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SZASZ, Thomas. *O mito da doença mental*. Tradução de Irley Franco e Carlos Roberto Oliveira. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

TILL, Eneidy Rodrigues. *Dyonelio Machado: O homem – A obra*. Porto Alegre: E.R.T. Edições, 1995.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Editora

UnB, 1998.

Recebido em: 10 jul. 2024

Aprovado em: 30 set. 2024